

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economia negocia reforma do IR 3

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bilionários pagam pouco IR nos EUA, indica vazamento 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reequilíbrio dos Contratos Públicos - OPINIÃO JURÍDICA 5

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fuga de cérebros (3) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Melhor não aprovar reformas anêmicas - NILSON TEIXEIRA 8

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão pode render até R\$ 200 mil de indenização 9

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Todos deveriam entrar na reforma administrativa (3) 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Deputados tentarão votar trava a "supersalários" 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma ampla é benéfica a todos 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entre o ideal e o possível 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Barros: "Uma hora as decisões judiciais não serão mais cumpridas" 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto para unir PIS e Cofins pode ter duas alíquotas 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Correio Talks: reforma tributária expõe divergência entre governo e setor produtivo 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O futebol no tabuleiro de xadrez - VISTO, LIDO E OUVIDO 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Muitos bilhões no caixa e um Imposto de Renda baixo a pagar	25
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Guedes: economia fechada é "armadilha" para o país	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Guedes prevê manter auxílio até setembro	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Planos sociais (3)	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Não ficaremos loucos do lado fiscal só porque tem eleição, diz Guedes	30
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Décadas perdidas, ou nem tanto (3)	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Rumos da economia e alternativas (2)	34
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
Poupança das famílias cai no 1º tri, puxada por mais ricos	35
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Previ registra superávit de R\$ 21,65 bi até abril	36

Economia negocia reforma do IR

Fabio Graner, Edna Simão, Marfana Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Bilionários pagam pouco IR nos EUA, indica vazamento

Andrew Edgecliffe-Johnson

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Reequilíbrio dos Contratos Públicos - OPINIÃO JURÍDICA

***Luis Cláudio Yukio sócio de tributário do Toledo
Marchetti Advogados***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911

Fuga de cérebros (3)

O que os membros da comunidade científica brasileira mais temiam, quando a pandemia de covid-19 eclodiu no ano passado, infelizmente vem ocorrendo em ritmo acelerado. Trata-se do chamado fenômeno "brain drain", também conhecido como "fuga de cérebros".

Esse êxodo envolve jovens altamente qualificados que buscam no exterior, especialmente em países que mantêm programas de atração de talentos, postos de trabalho que não conseguem ter no Brasil.

Um desses países é o Canadá.

Para enfrentar problemas de envelhecimento e baixas taxas de fertilidade da população, o governo canadense estabeleceu há dois anos a meta de receber mais de 1 milhão de imigrantes qualificados até 2021.

Chegou, inclusive, a promover, em várias cidades brasileiras, palestras sobre oportunidades profissionais.

Os jovens brasileiros atraídos por programas como esse são altamente qualificados.

Em sua maioria, tiveram a formação acadêmica financiada por recursos públicos. Isso significa que, apesar de ter investido nesses jovens, o Brasil não criou condições para que eles possam restituir o que receberam, trabalhando em atividades produtivas na iniciativa privada ou, então, em centros de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. No caso do pessoal formado em ciências exatas, biotecnologia e medicina, por exemplo, enquanto países como Japão, Coreia do Sul, Israel e Estados Unidos têm mais de 60% do total de seus pesquisadores nessas áreas trabalhando em empresas, no Brasil esse percentual é de somente 18%.

O êxodo de profissionais jovens e qualificados já vinha sendo notado no Brasil desde a metade da década de 2010, quando a economia brasileira já vinha patinando, e piorou significativamente com a pandemia.

Segundo dados da **Receita Federal**, o número de brasileiros que apresentaram declaração de saída definitiva do País passou de 8.170, em 2011, para 23.271, em 2018 - um aumento de 184%. E, segundo o relatório fiscal dos Estados Unidos, em 2020 aquele país registrou uma elevação de 36% nos vistos de permanência concedidos a brasileiros numa categoria

específica - a dos chamados "profissionais excepcionais".

Ao todo, foram concedidos 1.899 vistos - o maior número em uma década. Já com relação à emissão dos demais vistos a concessão feita pelo governo americano teve uma queda de 48% no período.

O mais grave é que essa fuga se dá, justamente, num momento em que o Brasil mais precisa de pessoal qualificado nas áreas de ciências exatas e biomédicas, por causa da pandemia.

Ela se dá, igualmente, num período em que, quanto mais o País necessita de um ambiente favorável à ciência, mais o governo se torna negacionista.

Sem levar em conta as consequências perversas dessa postura irracional, em abril o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi obrigado a cortar 87% das bolsas de doutorado e pós-doutorado já aprovadas em 2021.

Com isso, o Brasil, que hoje tem 7,6 doutores por 100 mil habitantes, vai se distanciando de Portugal, com 39,7; Alemanha, com 34,4; e Reino Unido, com 41. Para um país que precisa urgentemente agregar valor tecnológico aos seus produtos, em vez de apenas exportar matérias-primas, esses números deixam claro o risco de apagão científico a que o Brasil está exposto.

"Por tudo que estamos passando, o País convida os bons profissionais a se retirarem", diz o médico Diego Lima, especializado em infecção pela covid-19 e que está se mudando para os Estados Unidos.

"Estamos falando de profissionais da mais alta qualidade e extremamente valiosos.

Neste momento terrível, ainda assim estamos perdendo esses profissionais para o exterior. A pandemia escancarou as péssimas condições de trabalho no Brasil", afirma o presidente da Associação Médica Brasileira, César Eduardo Fernandes.

Ambos estão certos. Como crescimento e saúde dependem cada vez mais de conhecimento, a "fuga de cérebros" dá a medida do preço que o Brasil pagará pela gestão desastrosa do governo Bolsonaro também no campo da ciência e da pesquisa.

Jovens qualificados estão deixando o Brasil no

momento em que são mais necessários

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Melhor não aprovar reformas anêmicas - NILSON TEIXEIRA

NILSON TEIXEIRA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Revisão pode render até R\$ 200 mil de indenização

Fernando Bianchi

O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem três votos a favor do reconhecimento do direito da "revisão da vida toda" dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A revisão visa a alterar o cálculo do benefício para incluir contribuições anteriores que podem aumentar o valor da aposentadoria, criando valores retroativos que chegam aos R\$ 200 mil aos aposentados.

A sessão plenária virtual do tribunal que vai decidir sobre o tema teve início no último dia 4 e tem previsão de terminar sexta-feira.

Dos 11 ministros da Corte, o relator, Marco Aurélio, além dos ministros Edson Fachin e Carmen Lúcia, já votaram pela constitucionalidade da revisão.

Podem ter direito a receber os valores os beneficiários que tiveram pagamentos com data de início entre novembro de 1999 e novembro de 2019.

O prazo que abrange a revisão é contado a partir da aplicação da regra de transição contida na Lei 9.876, de 1999, que mudou a forma de cálculo de benefícios.

A revisão inclui no cálculo da aposentadoria as contribuições da vida toda do trabalhador, já que a lei publicada em 1999 excluiu do cálculo as contribuições anteriores a julho de 1994.

Em alguns casos, beneficiários que tenham a revisão acatada pela Justiça podem receber até R\$ 200 mil em indenizações sobre os va-

lores que teriam deixado de ser pagos pelo **INSS**.

Hoje, o **INSS** utiliza somente as remunerações em reais e, com a mudança, a correção contaria com o recálculo da média salarial, pegando todos os salários do trabalhador mesmo antes da implantação do Plano Real - em julho de 1994.

A advogada da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Espírito Santo (OAB-ES), orientou que a revisão pode ser vantajosa para quem se enquadra nos requisitos e tenha recebido salários maiores antes de 1994.

"Para calculai* é preciso o processo administrativo do **INSS**, carteira de trabalho, ficha financeira da empresa em que recebia, ou pode pedir informações no Ministério do Trabalho. Também é possível pedir extrato do FGTS da época, por lá é possível identificai* o salário", disse.

Especialistas orientam sobre como não cair em golpes

Desde o início da pandemia, aumentaram as tentativas de fraudes e golpes contra idosos. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o aumento foi de 60% somente no último ano.

Com isso, especialistas alertam que a promessa de indenizações e ganhos podem ser usadas por criminosos para enganar aposentados e segtirados do **INSS**.

O advogado previdenciário Felipe Loureiro destacou que a revisão da vida toda dos benefícios, assim como alguns outros direitos dos aposentados, podem ser usados em tentativas de golpes.

"E preciso procurar o próprio **INSS** ou um advogado de confiança para ter informações. Tem muita gente ligando, usando argumentos como a prova de vida do **INSS**, pedindo para passai* informações".

Ele ressaltou que o **INSS** não solicita informações pessoais como códigos enviados aos segurados, que podem ser tentativas de clonagem do WhatsApp para aplicar golpes. "O golpe é o mesmo, só muda o pretexto que os criminosos usam", afirmou ainda o especialista

SAIBA MAIS SOBRE A REVISÃO DA VIDA TODA

Mais vantagens aos segurados

Quem tem direito

QUEM ERA SEGURADO do **INSS** até 26 de novembro de 1999, e o sistema de transição definiu que média de cálculo do benefício seria feita sobre 80% das maiores contribuições realizadas a partir de julho de 1994.

A REGRA de transição determinada na época

prejudica o trabalhador que concentrou as maiores contribuições previdenciárias da sua vida antes do início da vigência do real como moeda, em julho de 1994.

APOSENTADOS que tiveram suas rendas reduzidas pelo sistema de transição pedem a revisão para a aplicação da regra permanente.

Cálculo

O CÁLCULO para saber se a revisão da vida toda será vantajosa para o segurado deve ser feito por um advogado previdenciário, já que considera vários fatores, moedas diferentes, e inclusive pode resultar em um benefício menor.

EM REGRA, a revisão é mais vantajosa aos segurados que contribuíram com valores maiores ao **INSS** antes de julho de 1994.

Documentos

COMPROVANTES de remuneração da época: registro em carteira de trabalho, ficha financeira da empresa (em caso de comissionado), extrato do FGTS da época, entre outros.

PROCESSO administrativo de aposentadoria junto ao **INSS**, que comprove que foi utilizada a regra de 1999 no cálculo do benefício, prejudicando o aposentado

Fonte: Especialistas ouvidos

Análise

Eduardo Sarlo

Advogado e professor

Transição não pode ser prejudicial

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já aprovou a "revisão da vida" toda por unanimidade em 2019, considerando que a regra de transição, criada para diminuir o impacto negativo com a mudança trazida por uma regra nova, não pode ser prejudicial ao segurado no final.

Considerou-se também o princípio do melhor benefício, que garante ao segurado sempre o acesso ao benefício de maior valor caso ele tenha cumprido os requisitos de mais de uma regra.

Os dois argumentos são temas consideráveis e certamente devem ser apreciados pelo STF, pois envolvem a vida de grande parte dos brasileiros. Caso

contrário, teremos insegurança jurídica e famílias sofrendo prejuízo financeiro completamente irrazoáveis.

Todos deveriam entrar na reforma administrativa (3)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Deputados tentarão votar trava a "supersalários"

Raphael Di Cunto

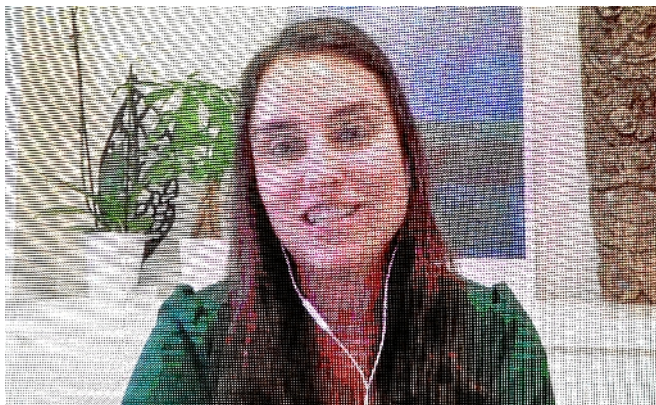
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Reforma ampla é benéfica a todos



» ISRAEL MEDEIROS» VERA BATISTA

Uma **reforma tributária** com alterações nos **tributos** estaduais e municipais sobre o consumo (ICMS e ISS) foi, por muito tempo, alvo de resistência por parte de unidades da federação e municípios, que temiam uma possível perda de arrecadação. Agora que os estados sinalizam convergência com o tema, resta vencer a preocupação de grandes municípios e o receio do setor de serviços, que teme uma maior tributação.

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e um dos autores da PEC 45/2019, defendeu que uma reforma ampla tem o poder de beneficiar a todos, pois espera-se um grande crescimento da economia- o que deve resultar em mais arrecadação. "É preciso entender que, com uma reforma que amplia o potencial de crescimento, todos os entes da federação, inclusive os grandes municípios, são beneficiados", disse o convidado do Correio Talks.

O governo federal, hoje, está focado em unir PIS e Cofins, **impostos** federais, na criação de uma CBS. Há receio entre especialistas, inclusive Appy, de que os **tributos** estaduais e municipais sejam deixados para depois. Ele considera que, como o desgaste político é inevitável, o melhor é realizar uma reforma ampla, que englobe os cinco **impostos** sobre o consumo: PIS, Cofins e IPI, que são federais; e ICMS e ISS, estadual e municipal, respectivamente.

Na avaliação de Appy, uma **reforma tributária** ampla, que inclua os **tributos** estaduais e municipais sobre o consumo - considerados os principais gargalos do sistema atual -, pode elevar o **PIB** brasileiro em 20 pontos percentuais nos próximos 15 anos. O cálculo integra um estudo feito pelo economista-sênior da LCA Consultores, Bráulio Borges, a pedido da CCiF.

O economista também destacou que há grandes distorções no atual sistema tributário, no qual os **impostos** incidentes sobre bens são maiores do que os cobrados do setor de serviços. "Do ponto de vista de justiça, o modelo atual que tributa menos serviços que mercadorias é injusto, porque quem consome serviços são as pessoas de renda mais alta. Quando você tributa menos serviço do que mercadoria, você está tributando menos o que o rico consome e mais o que o pobre consome. Não é um jeito correto de desenhar o sistema tributário", pontuou Appy.

Inconstitucionalidade

Se o governo levar adiante o projeto de **reforma tributária** do jeito que está, corre o risco de provocar uma enxurrada de ações judiciais. Assim alertou a professora e consultora especializada em IVA/IBS, Melina Rocha, durante o Correio Talks. "Juristas já estão com ações de inconstitucionalidade prontas", alertou a advogada, dirigindo-se ao líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

"Se eu fosse o governo federal, ficaria muito preocupada em aprovar a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) tal como ela está proposta agora, porque a probabilidade de litígio e de essa questão chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), por arguição de inconstitucionalidade, é muito alta", destacou Melina Rocha. "O governo federal, em diversas oportunidades, vende a ideia de implementar um Imposto de Valor Agregado (IVA) federal, de forma que os estados, no futuro, poderiam se harmonizar. Eu queria deixar claro que não há essa possibilidade de harmonização automática, se nós mantivermos o ICMS", afirmou. Segundo Rocha, é preciso, primeiro, criar um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ou um IVA subnacional. Só então seria possível fazer a harmonização, a exemplo do que ocorreu no Canadá.

Melina Rocha destacou que, se o governo federal quer um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual (baseado na autonomia tributária dos entes federativos), deve encaminhar o pedido por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e não por meio de Projeto de Lei (PL). Ela afirmou que o sistema tributário é uma das grandes causas do baixo crescimento econômico do país. "Não tenho dúvida de que uma **reforma tributária** vai ajudar o país a sair dessa crise e vai permitir maior competitividade internacional", salientou.

A especialista opinou, ainda, que o Brasil não pode deixar passar a oportunidade de aprovar uma reforma ampla, especialmente no atual contexto, em que há diálogo entre o Executivo e o Congresso Nacional.

Entre o ideal e o possível



» ROSANA HESSEL » AUGUSTO FERNANDES» VERA BATISTA

Uma reforma ampla, que equalize o pagamento de **impostos** e reduza o peso da carga tributária sobre o setor produtivo, parece ser algo distante no momento em Brasília. A estratégia é outra. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) está alinhado com a equipe econômica, em favor do fatiamento da proposta, a solução para evitar o destino de suas antecessoras nas últimas décadas.

"Está clara a posição do governo. Votar em etapas é a melhor forma de avançar (com a reforma) do que o conjunto, para não repetir a história de mais um relator que não consegue votar a reforma", defendeu Barros, ontem, durante o seminário virtual Correio Talks, "Indústria em Debate: por uma **reforma tributária** ampla", realizado pelo Correio Braziliense, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante o seminário, os debatedores defenderam a necessidade de um maior comprometimento do governo com uma reforma mais ampla para corrigir as injustiças do atual sistema tributário.

O líder do governo demonstrou forte apoio à proposta de unificação dos **tributos** federais PIS-Cofins, na criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), como propõe o projeto de lei do Executivo, apesar das críticas de que essa proposta aumenta a carga tributária. Segundo Ricardo Barros, o fatiamento terá menos resistência do que uma proposta ampla e, posteriormente, haverá a implementação de um Imposto de Valor Agregado (IVA) dual. Já o conselheiro emérito da CNI Armando Monteiro não poupou críticas ao projeto do Executivo que unifica apenas PIS-Cofins. Ele ressaltou que a proposta aumenta a carga tributária e faz o país perder competitividade.

"Se for feito o movimento de PIS-Cofins, vamos ter,

sim, aumento de carga tributária", afirmou. "É preciso ter clareza de que algum passo pode inviabilizar os passos seguintes", alertou o ex-senador e ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Para ARMANDO Monteiro, é melhor elaborar algo "verdadeiramente orgânico e integrado mais lentamente do que fazer um movimento que gere conforto no curto prazo a ponto de inviabilizar a reforma ampla", fundamental para a retomada de um crescimento mais robusto do país. Nesse sentido, o palestrante do Correio Talks reforçou que, sem uma reforma profunda, a indústria continuará perdendo competitividade; e o processo de desindustrialização precoce perpetuará um crescimento baixo da economia, como na última década. "O país não pode ficar nesse pântano da estagnação, com passivo social imenso. Só poderemos dar conta desses graves desequilíbrios estruturais se voltarmos a crescer", alertou o ex-senador.

Na avaliação do conselheiro da CNI, o momento é único para a aprovação de uma **reforma tributária** ampla, porque há consenso dos entes federativos em torno da proposta elaborada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O parlamentar é relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que unifica as propostas da Câmara e do Senado, a PEC 45/2019 e a PEC 101/2019, na comissão especial da **reforma tributária**.

Na avaliação do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), é fundamental o governo se empenhar mais na discussão do tema, para que seja possível acelerar a aprovação da reforma. Ele elogiou o fato de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter tentado manter uma discussão política sobre o assunto, mas opinou que, neste momento, é mais importante conduzir as articulações sob uma visão econômica e jurídica. "O governo federal tem que entrar sério, para ter certeza de que está fazendo a coisa bem feita. O Brasil tem o risco de ficar criando jabuticabas tributárias, ou de o molho ficar pior do que o peixe. Aí, a gente estraga tudo. Então, é importante ter gente lúcida, que sabe o que está falando. E, onde já teve contencioso tributário, evitar isso com um texto bem limpo e claro", disse Fonteyne.

Copo cheio

Para o parlamentar, a matéria está "muito mais na mão do governo" do que na do Congresso. Fonteyne não criticou a ideia de se fatiar a **reforma tributária**, mas disse que a equipe econômica deveria ser transparente nas negociações com o Parlamento. "Temos janela para poder avançar. Acho que tem que ter compromisso do governo, e a gente tem que saber conduzir e orientar bem os deputados. O ministro Guedes, nesse sentido, poderia estar mais firme e

contundente, conversando com as lideranças que entendem do assunto tributário para poder convergir, combinar um cronograma e fazer acontecer." Barros, por sua vez, defendeu uma proposta de reforma possível, mais simples, por meio do fatiamento. Ele mencionou os dois mantras do governo em relação à reforma: "não aumentar a carga tributária" e "não estourar o teto de gastos". O parlamentar também rebateu críticas de que o governo não está comprometido com a **reforma tributária**. "Eu continuo discordando da simplificação do processo de que não acontece (a **reforma tributária**) porque o governo federal não quer", argumentou.

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da Comissão Mista da **Reforma Tributária** e relator da PEC 110/2019, afirmou que é preciso fazer escolhas, avançar nos pontos onde há consenso e usar a teoria do "copo meio cheio ou do copo meio vazio". "E acho que devemos começar pelo copo meio cheio, que foi a retomada do diálogo entre os Poderes", afirmou. "Temos um momento de fazer escolhas. A gente não pode ficar enganchado, por conta desse ou daquele ponto. Se o ponto não tiver possibilidade de avançar, a gente tem que retirar. Um exemplo é o caso dos fundos de investimento, da agência que se propunha a criar, que foi retirado no relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro na comissão mista", acrescentou.

Barros: "Uma hora as decisões judiciais não serão mais cumpridas"



Lorena Rodrigues Vinícius Valfré / BRASÍLIA

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (Progressistas- PR), criticou o Poder Judiciário e lançou ameaças de descumprimento de decisões judiciais ao reclamar do que classifica como avanços da Justiça sobre prerrogativas do Executivo.

Para o parlamentar, o cenário de atritos entre os dois Poderes fará "chegar a hora" em que as ordens judiciais "simplesmente" vão deixar de ser cumpridas. As declarações foram feitas durante um debate sobre a **reforma tributária**, ontem, em Brasília.

Ao comentar a determinação do STF para que o governo realize o Censo Demográfico em 2022, o parlamentar reclamou de decisões que não têm "nenhum fundamento". "O Judiciário vai ter que se acomodar nesse avançar nas prerrogativas do Executivo e Legislativo. Vai chegar uma hora em que vamos dizer (para o Judiciário) que simplesmente não vamos cumprir mais. Vocês cuidam dos seus que eu cuido do nosso, não dá mais simplesmente para cumprir as decisões porque elas não têm nenhum fundamento, nenhum sentido, nenhum senso prático", disse, em evento organizado pelo jornal Correio Braziliense e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O tom foi interpretado como ameaçador no meio

jurídico. O presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, reagiu. "O respeito a decisões judiciais é pressuposto do estado democrático de direito", disse.

Além de ampliar a tensão na Praça dos Três Poderes, a possibilidade de descumprimento de medidas judiciais pode acarretar prejuízos políticos e penais aos integrantes do governo ou do Congresso que se dispuserem a não acatar decisões.

É que, para especialistas, um descumprimento deliberado, no âmbito do governo federal, pode ser enquadrado como crime de responsabilidade, o que ensejaria um processo de impeachment.

"Caso haja um descumprimento expresso por parte do presidente ou ministro de Estado, qualquer cidadão pode peticionar na Câmara para a abertura de processo por crime de responsabilidade", disse Vladimir Feijó, professor de Direito Constitucional da Faculdade Arnaldo. Outra possível consequência é a abertura de investigação penal pelo crime de desobediência.

Para o procurador de Justiça em São Paulo e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Roberto Livianu, a ameaça de Barros é preocupante. "Ele fala de uma sociedade em que não se cumpre decisão da Justiça. Isso é um princípio fulcral da nossa Constituição, o da separação dos Poderes. Tem que ser cumprida.

É um pacto social que foi estabelecido há séculos."

Embate

"Não dá mais para cumprir as decisões porque elas não têm nenhum fundamento."

Ricardo Barros (PP-PR) LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA

"O respeito a decisões é pressuposto do estado democrático de direito."

Luiz Fux PRESIDENTE DO SUPREMO

PF pede bloqueio de R\$ 20 mi de líder no Senado e filho

A Polícia Federal indiciou o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo Jair Bolsonaro no Senado, pelo suposto recebimento de R\$ 10,4 milhões em propina de empreiteiras entre 2012 e 2014, quando foi ministro de Integração Nacional (governo Dilma Rousseff). A decisão alcança ainda o filho dele, o deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE). O relatório com a conclusão do inquérito que investigou os parlamentares foi enviado ao Supremo Tribunal Federal.

A PF cita crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e falsidade ideológica eleitoral. A delegada Andréa Pinho Albuquerque Cunha pede o bloqueio de R\$ 20 milhões de pai e filho. Segundo as investigações, a propina teria sido paga em troca do direcionamento de obras do governo federal no Nordeste. "Concluímos haver provas suficientes da materialidade de diversas práticas criminosas", diz o relatório.

O inquérito foi aberto em 2017, a pedido da Procuradoria-Geral da República, a partir das delações de operadores alvo da Operação Turbulência - eles atuavam como intermediários das propinas e formação de "caixa 2" de construtoras em benefício do grupo político de Bezerra.

Os advogados do senador e do deputado criticaram o relatório da PF. "Essa investigação, nascida da palavras falsas de um criminoso confesso, é mais uma tentativa de criminalização da política, como tantas outras hoje escancaradas e devidamente arquivadas", disse a defesa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Imposto para unir PIS e Cofins pode ter duas alíquotas



Estudos. Guedes diz que não quer taxar mais os serviços

Lorena Rodrigues Idiana Tomazelli / BRASÍLIA / LORENN RODRI

Sem conseguir emplacar um imposto sobre transações para reduzir os encargos na folha de pagamento dos trabalhadores, a equipe econômica pode propor uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) com duas alíquotas, uma de 12% para a indústria e outra menor para comércio e serviços, setores mais intensivos em mão de obra e que têm custo maior com as contribuições sobre salários.

A sinalização foi feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ontem, durante um evento virtual promovido pela Frente Parlamentar do Setor de Serviços.

O segmento é um dos mais resistentes ao avanço da CBS, que substituiria os atuais PIS e Cofins, justamente porque uma alíquota única representaria, para o setor, risco de aumento na carga tributária.

"Não queremos de jeito nenhum aumentar imposto para serviços", afirmou Guedes. Segundo ele, a alíquota diferenciada seria mantida enquanto não for possível desonerar a folha de pagamentos.

Em seu plano original, o ministro pretendia aprovar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal, unificando os **tributos** sobre consumo, e, em outra

frente, desonerar a folha de pagamento. Hoje, empresas pagam uma contribuição patronal à Previdência de 20% sobre o salário do empregado. A ideia de Guedes era trocar esse tributo por um imposto sobre transações, nos mesmos moldes da antiga CPMF, mas a proposta enfrenta resistências no Congresso Nacional.

A desoneração da folha compensaria o setor de serviços por eventual aumento da carga tributária em decorrência da criação da CBS. Esse risco existe porque, diferentemente da indústria, o setor de serviços não terá tantos créditos tributários obtidos na compra de insumos para abater do tributo a ser pago.

O problema é que o plano de desonerar a folha foi adiado diante da falta de espaço para avançar agora no imposto sobre transações. O governo não tem como abrir mão das receitas arrecadadas por meio da contribuição sobre os salários, dado que elas são significativas.

Por isso, o jeito encontrado pela equipe econômica é estudar a alíquota dupla na CBS.

"Gostaria de fazer uma **reforma tributária** um pouco mais ampla, não é o momento, mas não vamos desistir. Vamos fazer o que é possível agora (na tributária), simplificação, redução de alíquotas. O presidente (Jair Bolsonaro) está decidido a continuar com a transformação que começamos", afirmou Guedes.

Nas últimas semanas, o ministro da Economia e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acertaram um plano para "fatiar" a **reforma tributária**, que até então vinha sendo discutida em uma comissão mista formada por deputados e senadores. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que unificaria **tributos** sobre consumo cobrados nos âmbitos federal, estadual e municipal foi deixada de lado.

O plano agora é aprovar a CBS e algumas mudanças no Imposto de Renda, como a ampliação da faixa de isenção para pessoas físicas, que hoje é para quem ganha até R\$ 1.903,98.

Em outro evento ontem, Guedes disse que a ordem dentro do governo para a **reforma tributária** é remover o que é muito controverso e aprovar o que é

amplamente aceito. Segundo o ministro, essa diretriz explica a opção pela CBS, um tributo apenas federal, e deixar para depois o ingresso dos Estados e municípios.

O ministro defendeu ainda a realização de um novo Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributárias de contribuintes que tem sido chamado de "passaporte tributário".

"Não é razoável perseguir as empresas que quebraram com a pandemia", afirmou Guedes.

Como mostrou o Estadão, o novo Refis costurado no Congresso envolverá dívidas anteriores à pandemia da covid-19 e permitirá às empresas aproveitar créditos de prejuízos de anos anteriores. As duas medidas serão incluídas no projeto em tramitação no Senado. A intenção da equipe econômica é vincular a habilitação ao programa a uma queda superior a 15% no faturamento durante a pandemia.

No evento, o ministro disse ainda que é compreensível a necessidade de taxar dividendos e reduzir **tributos** sobre empresas e prometeu uma redução dos subsídios - o governo tem até setembro para enviar um plano de corte nesses incentivos.

Guedes fala em 2 ou 3 meses de auxílio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, em evento virtual da Frente Parlamentar do Setor de Serviços, que "possivelmente" o governo vai renovar por mais "dois ou três meses" o auxílio emergencial. "Os governadores estão dizendo que em dois ou três meses a população adulta estará toda vacinada, então vamos renovar por dois ou três meses o auxílio e logo depois entra o novo Bolsa Família." Para bancar a prorrogação, a equipe econômica deve abrir um crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 12 bilhões. O valor vai reforçar os cerca de R\$ 7 bilhões que ainda estão disponíveis dentro dos R\$ 44 bilhões já destinados ao programa e que não foram usados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Correio Talks: reforma tributária expõe divergência entre governo e setor produtivo

Uma reforma ampla, que equalize o pagamento de **impostos** e reduza o peso da carga tributária sobre o setor produtivo, parece ser algo distante no momento em Brasília. A estratégia é outra. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) está alinhado com a equipe econômica, em favor do fatiamento da proposta, a solução para evitar o destino de suas antecessoras nas últimas décadas.

"Está clara a posição do governo. Votar em etapas é a melhor forma de avançar (com a reforma) do que o conjunto, para não repetir a história de mais um relator que não consegue votar a reforma", defendeu Barros, ontem, durante o seminário virtual Correio Talks, "Indústria em Debate: por uma **reforma tributária** ampla", realizado pelo Correio Braziliense, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante o seminário, os debatedores defenderam a necessidade de um maior comprometimento do governo com uma reforma mais ampla para corrigir as injustiças do atual sistema tributário.

O líder do governo demonstrou forte apoio à proposta de unificação dos **tributos** federais PIS-Cofins, na criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), como propõe o projeto de lei do Executivo, apesar das críticas de que essa proposta aumenta a carga tributária. Segundo Ricardo Barros, o fatiamento terá menos resistência do que uma proposta ampla e, posteriormente, haverá a implementação de um Imposto de Valor Agregado (IVA) dual. Já o conselheiro emérito da CNI Armando Monteiro não poupou críticas ao projeto do Executivo que unifica apenas PIS-Cofins. Ele ressaltou que a proposta aumenta a carga tributária e faz o país perder competitividade.

"Se for feito o movimento de PIS-Cofins, vamos ter, sim, aumento de carga tributária", afirmou. "É preciso ter clareza de que algum passo pode inviabilizar os passos seguintes", alertou o ex-senador e ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Para ARMANDO Monteiro, é melhor elaborar algo "verdadeiramente orgânico e integrado mais lentamente do que fazer um movimento que gere conforto no curto prazo a ponto de inviabilizar a reforma ampla", fundamental para a retomada de um crescimento mais robusto do país. Nesse sentido, o palestrante do Correio Talks reforçou que, sem uma

reforma profunda, a indústria continuará perdendo competitividade; e o processo de desindustrialização precoce perpetuará um crescimento baixo da economia, como na última década. "O país não pode ficar nesse pântano da estagnação, com passivo social imenso. Só poderemos dar conta desses graves desequilíbrios estruturais se voltarmos a crescer", alertou o ex-senador.

Na avaliação do conselheiro da CNI, o momento é único para a aprovação de uma **reforma tributária** ampla, porque há consenso dos entes federativos em torno da proposta elaborada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O parlamentar é relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que unifica as propostas da Câmara e do Senado, a PEC 45/2019 e a PEC 101/2019, na comissão especial da **reforma tributária**.

Na avaliação do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), é fundamental o governo se empenhar mais na discussão do tema, para que seja possível acelerar a aprovação da reforma. Ele elogiou o fato de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter tentado manter uma discussão política sobre o assunto, mas opinou que, neste momento, é mais importante conduzir as articulações sob uma visão econômica e jurídica.

"O governo federal tem que entrar sério, para ter certeza de que está fazendo a coisa bem feita. O Brasil tem o risco de ficar criando jabuticabas tributárias, ou de o molho ficar pior do que o peixe. Aí, a gente estraga tudo. Então, é importante ter gente lúcida, que sabe o que está falando. E, onde já teve contencioso tributário, evitar isso com um texto bem limpo e claro", disse Fonteyne.

Copo cheio

Para o parlamentar, a matéria está "muito mais na mão do governo" do que na do Congresso. Fonteyne não criticou a ideia de se fatiar a **reforma tributária**, mas disse que a equipe econômica deveria ser transparente nas negociações com o Parlamento. "Temos janela para poder avançar. Acho que tem que ter compromisso do governo, e a gente tem que saber conduzir e orientar bem os deputados. O ministro Guedes, nesse sentido, poderia estar mais firme e contundente, conversando com as lideranças que entendem do assunto tributário para poder convergir,

combinar um cronograma e fazer acontecer."

Barros, por sua vez, defendeu uma proposta de reforma possível, mais simples, por meio do fatiamento. Ele mencionou os dois mantras do governo em relação à reforma: "não aumentar a carga tributária" e "não estourar o teto de gastos". O parlamentar também rebateu críticas de que o governo não está comprometido com a **reforma tributária**. "Eu continuo discordando da simplificação do processo de que não acontece (a **reforma tributária**) porque o governo federal não quer", argumentou.

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da Comissão Mista da **Reforma Tributária** e relator da PEC 110/2019, afirmou que é preciso fazer escolhas, avançar nos pontos onde há consenso e usar a teoria do "copo meio cheio ou do copo meio vazio". "E acho que devemos começar pelo copo meio cheio, que foi a retomada do diálogo entre os Poderes", afirmou. "Temos um momento de fazer escolhas. A gente não pode ficar enganchado, por conta desse ou daquele ponto. Se o ponto não tiver possibilidade de avançar, a gente tem que retirar. Um exemplo é o caso dos fundos de investimento, da agência que se propunha a criar, que foi retirado no relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro na comissão mista", acrescentou.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4929946-correio-talks-reforma-tributaria-expoe-divergencia-entre-governo-e-setor-produtivo.html>

O futebol no tabuleiro de xadrez - VISTO, LIDO E OUVIDO

CIRCE CUNHA

Conhecerás um pretendente a ditador do momento ao seguinte sinal: todos eles se utilizam de eventos populares, não para o regozijo de sua gente, como quer parecer, mas tão somente para alavancar sua imagem junto ao povo, visando angariar apoio às suas pretensões políticas de cunho populista.

Tal é a característica comum a todos eles, sem exceção. O que muda é apenas o tipo de evento popular a ser explorado como marketing político. Nesse caso, pouco importa o espetáculo. O importante é que reúna o maior número de adeptos. Pode ser ligado ao folclore, às tradições ou ao esporte.

No país do futebol, a utilização desse esporte como muleta oportunista de políticos é um fato histórico antigo e manjado e pode ser conferido praticamente desde que surgiram os clubes devotados ao ludopédio. Só existe um porém nessa estratégia marota: para que a fórmula funcione, é necessário, antes de tudo, que o time escolhido tenha uma grande e apaixonada torcida, capaz de empolgar e incendiar multidões, tornando-as presas fáceis. Já quando o marketing político mira a seleção do país, onde estão representantes de todos os times e jogadores mais destacados, transformando-os em garotos-propaganda do governo, essa mistura entre oportunismo populista de cunho nacionalista com a paixão dos torcedores rende resultados à medida que esse escrete devolve essa aposta em forma de gols e de vitórias incontestes.

Em situações assim, o chefe de governo comparece aos estádios e, da tribuna de honra, faz questão de ser visto e aplaudido. Ocorre que nesse mesmo país do futebol não é raro os espectadores no local vaiarem até o minuto de silêncio, e com políticos não tem sido diferente. Numa situação em que o Estado Democrático de Direito usa o seu tempo para cuidar, com denodo, de questões da mais alta relevância para a nação, não resta espaço e vontade para que o governo interfira em problemas menores relativos ao futebol, já que essa é uma atividade mantida por organizações e empresas privadas e com interesses próprios e diversos.

Também no Brasil e, por diversas vezes, essa intromissão indevida do governo no mundo do futebol

quase sempre tem rendido, ao lado de alguns, minutos de popularidade ao chefe do Executivo, elevados custos para os pagadores de **impostos** que acabam arcando com a armação desse circo. Caso exemplar pode ser conferido no governo petista de Dilma Rousseff, com a construção de enormes e caríssimas arenas de futebol, destinadas à realização da Copa do Mundo e que hoje, em sua grande maioria, foram transformadas em verdadeiros elefantes brancos, sem utilidade alguma, depois de terem sido erguidos à base de muita corrupção e sobrepreço.

Com Dilma e seu governo ficaram, além desses fantasmas de concreto, as seguidas humilhações impostas pelos diretores da Fifa ao governo, os escândalos nessas construções e os posteriores que redundaram no banimento perpétuo desses dirigentes do futebol, as prisões dos chefões da CBF, as vaias retumbantes no estádio durante a abertura dos jogos e a derrota fragorosa da Seleção para a Alemanha por nada menos que 7 x 1. Não foi pouco.

Toda essa amarga experiência deveria ser utilizada como um aprendizado para que o governo jamais voltasse a misturar os assuntos de Estado com os problemas de estádios. Mas não foi o que aconteceu. O atual governo, no seu afã de preparar o caminho para 2022, resolveu intrometer-se na realização da Copa América, em plena pandemia, quando o país experimenta os maiores índices de mortalidade e quando os hospitais estão superlotados e a economia patina na lama. Não parece ser fanático por futebol, mas por jogadas políticas. Esse parece ser o caso.

Os países onde seriam realizados o torneio cuidaram logo de empurrar esse abacaxi para o Brasil. O que se viu, pelo menos até agora, foi o ensaio de revolta dos jogadores e do técnico, possivelmente calados pelo reforço em dinheiro dos prêmios, bem como os escândalos de assédio sexual do presidente da CBF e seu posterior afastamento da instituição.

Também tem aumentado o repúdio de brasileiros, médicos e enfermeiros e de todos os que perderam amigos e familiares nessa pandemia. Falta agora, para completar esse quadro patético, a vaia nos estádios e a derrota da Seleção. Mesmo em caso de vitória, essa é uma situação que em nada vai beneficiar os brasileiros, preocupados em sobreviver à pandemia e à crise econômica e social.

A frase que foi pronunciada "Para uma minoria privilegiada, a democracia ocidental fornece o lazer, as instalações e o treinamento para buscar a verdade escondida atrás do véu de distorção e deturpação, ideologia e interesse de classe, por meio do qual os eventos da história atual são apresentados a nós."

Noam Chomsky

Requerimento

» Senador Izalci Lucas, do DF, pediu novamente ao senador Omar Aziz, da CPI da Covid, para aceitar o requerimento de convocação do ex-secretário de Saúde do DF Francisco Araújo. O parlamentar defende que Araújo sabe de fatos que podem esclarecer algumas ações da atual gestão do DF.

História de Brasília Entretanto, qualquer conserto de emergência bem que poderá ser feito, porque a Capua e Capua, agindo com eficiência, dispõe, também de um equipamento de rádio ligando a Asa Norte com o IAPC no Rio, podendo receber ordens imediatas para qualquer reparo na obra.

(Publicada em 02.02.1962)

Muitos bilhões no caixa e um Imposto de Renda baixo a pagar

**DO NEW YORK TIMES economia@oglobo.com.br
WASHINGTON**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes: economia fechada é "armadilha" para o país

MANOEL VENTURA E FERNANDA TRISOTTO
economia3@oglobo.com i>r BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes prevê manter auxílio até setembro



ROSANA HESSEL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo pretende prorrogar o auxílio emergencial por mais dois ou três meses para garantir o benefício, pelo menos, até setembro, quando a expectativa do governo é de que a maioria da população adulta esteja vacinada. Cada mês adicional do benefício custará R\$ 9 bilhões do Tesouro Nacional, segundo ele.

"O presidente Jair Bolsonaro é quem vai decidir o prazo. Primeiro, nesses dois ou três meses devemos aterrissar em um novo programa social que vai substituir o Bolsa Família", afirmou Guedes, durante conferência virtual promovida pelo Bradesco BBI para investidores internacionais. "Renovando, agora, para os próximos dois meses, há uma clara noção de que, até o fim de setembro, toda a população adulta estará imunizada", acrescentou Guedes, demonstrando otimismo com o avanço da vacinação em massa e das reformas estruturais no Poder Legislativo.

O ministro informou que o governo precisará de uma nova autorização do Congresso para emitir créditos extraordinários com o objetivo de financiar o programa, mas não em sua totalidade, porque existem R\$ 7 bilhões do programa anterior que não foram utilizados. Com isso, se forem mais dois meses, o crédito adicional para despesas com a saúde que não estão sujeitos ao teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação** do ano anterior - será de R\$ 11 bilhões, em vez de R\$ 18 bilhões, por exemplo.

A nova rodada do auxílio emergencial começou a ser paga em abril por quatro meses, e a previsão do governo é desembolsar R\$ 44 bilhões com o benefício, que tem um valor médio de R\$ 250 nessa segunda etapa.

Guedes não deu detalhes do novo programa social, mas assegurou que ele será "conservador" e ficará "dentro do teto de gastos". "Esse programa vai ser um Bolsa Família com mais pessoas e com um benefício maior", afirmou o ministro, referindo-se ao valor médio de R\$ 191 pago pelo programa atual, que tem mais de 14 milhões de famílias cadastradas.

Fundo

O ministro adiantou, ainda, que o governo estuda a criação de um fundo para erradicação da pobreza custeado com recursos arrecadados de privatizações. "Estamos estudando um programa diferente, um fundo para erradicar a pobreza com a venda de empresas estatais. Vamos mandar os recursos para os pobres", disse.

Segundo ele, essa proposta vai derrubar as críticas da oposição de que o governo está vendendo as riquezas do país com as privatizações. "Vamos responder que não estávamos roubando, mas dando para a população com o fundo para erradicar a pobreza. Ainda estamos estudando a criação desse fundo", acrescentou ele, criticando o fato de o governo gastar R\$ 20 bilhões por ano com estatais dependentes, que não dão lucro e que, a cada sete anos, "custam praticamente uma Petrobras" para os cofres públicos.

Eletrobras

O ministro disse que a expectativa dele é de que, até a semana que vem, o Senado Federal aprove a Medida Provisória nº 1.031/2021, que trata da privatização da Eletrobras. Contudo, a matéria, aprovada pela Câmara no mês passado, vem encontrando resistência entre os senadores, porque tem jabutis (emendas não relacionadas ao tema principal da proposta) que devem aumentar o custo da energia para empresas e para o consumidor. Um deles, por exemplo, cria subsídios para termelétricas a gás e obriga a contratação de usinas em regiões onde não há gasodutos.

"Estamos bastante otimistas de que o Senado deverá aprovar a medida até a próxima semana. E isso será um importante sinal de que o Brasil está no trilho correto", acrescentou Guedes, referindo-se à privatização da Eletrobras como a mais importante da agenda de desestatização deste ano, que inclui, também, os Correios.

Paulo Guedes afirmou, ainda, que as perspectivas para a economia brasileira são favoráveis e disse acreditar que as reformas tributária e administrativa devem avançar "nos próximos três a quatro meses". No caso da administrativa, deu uma nova previsão de economia de gastos para o governo: R\$ 200 bilhões em 10 anos. Ele considerou que, devido à digitalização dos serviços, a cada 100 servidores que se aposentam, a contratação de novos funcionários será 25% menor a cada ano.

O ministro comemorou, ainda, as novas estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano. "A percepção inicial, de alta de 3%, no começo do ano, está subindo e está, atualmente, entre 4% e 5%. Estamos certamente mais felizes com as previsões que estão vindo", afirmou.

Planos sociais (3)

Está quase certo que governo e Congresso prorrogarão o auxílio emergencial até setembro. Vem aí, como diz o ministro Paulo Guedes, um programa de subsídio de empregos para jovens, batizado de BIP-BIQ. Há também planos de reformulação do Bolsa Família.

Programas de renda mínima e de incentivo ao emprego serão ainda mais necessários no Brasil. A longa duração da epidemia no país torna inevitáveis auxílios imediatos, de certo modo improvisados.

No entanto a necessidade de socorro urgente não é, em si, empecilho para a criação de um programa amplo e melhorado de atenuação da pobreza. Mais do que isso, as novas dificuldades sociais praticamente exigem um aperfeiçoamento da política social.

A recuperação dos empregos costuma ser tardia nas recessões. Na crise da Covid-19, a demora será maior, pois a retomada do setor de serviços -o principal empregador, em particular de trabalhadores menos qualificados- depende do controle do vírus.

Outro aspecto conjuntural a ser levado em conta é o fato de que parte dessa melhora será impulsionada pelas commodities. A princípio, tendem a crescer aqueles setores que ocupam pouca mão de obra.

A escassez de trabalho deve ser maior no caso de um país em que o Produto Interno Bruto estará ainda quase 2% abaixo do nível de 2014 ao final de 2021 -isso se a economia crescer 5% neste ano. Em termos de **PIB** per capita, o nível esperado será 7% inferior.

Além do mais, há o risco de que a economia venha a contratar relativamente menos, dadas as mudanças tecnológicas e de organização do trabalho aceleradas na pandemia e as alterações no padrão de circulação de pessoas nas cidades. O cenário é de danos graves no mundo do trabalho e de incertezas preocupantes.

Repensar a política social é, pois, um imperativo. Propostas de ação de estudiosos do assunto não faltam, uma delas até já transformada em um projeto de Lei de Responsabilidade Social, apresentado em 2020 pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Esse texto prevê a revisão do programa de renda mínima, o Bolsa Família, a criação de um seguro para trabalhadores de baixa renda impedidos de ganhar seu sustento e um fundo de poupança a ser sacado por jovens que completem os estudos, por exemplo.

Estipula a redução de isenções fiscais e o fim de programas envelhecidos e mal focados, como o abono salarial, o salário família e o seguro defeso, muna redução de gastos que poderia incrementar a nova política de assistência.

Trata-se de tuna boa base para o debate de uma reforma mais ampla e duradoura. Governo e Congresso deveriam chegar logo a uma proposta viável, que caiba no Orçamento. Há por superar, no entanto, a inoperância da equipe do Executivo e as tentações populistas do presidente da República.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49553>

Não ficaremos loucos do lado fiscal só porque tem eleição, diz Guedes

Bernardo Caram *brasil*

Após reação negativa do mercado à provável renovação do auxílio emergencial, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (8) que o governo não ficará "louco do lado fiscal" por causa das eleições presidenciais de 2022.

Guedes disse que a prorrogação da assistência não é uma questão política e ressaltou que a reformulação do Bolsa Família, em elaboração no governo, respeitará o teto de gastos.

"Não gaste uma noite sequer preocupado com a possibilidade de ficarmos loucos do lado fiscal só porque tem eleição ano que vem. Nós nunca faremos isso", afirmou Guedes em apresentação em inglês durante videoconferência com o Bradesco BBI.

Segundo Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora, a queda da Bolsa de Valores nesta terça ganhou intensidade ao longo da tarde após Guedes afirmar que o governo pretende renovar o auxílio. Em realização de lucros após oito altas seguidas, o Ibovespa fechou em queda de 0,75%, a 129.787 pontos.

"A possibilidade de ampliação do auxílio emergencial aumenta a cautela do mercado, pois eleva o temor dos investidores quanto a uma possível piora do cenário fiscal", afirma Thayná Vieira, economista da Toro Investimentos.

Em entrevista à Folha em maio, o titular da Economia reconheceu a chegada das articulações eleitorais e afirmou que o governo prepararia medidas nas áreas de emprego e social "para vocês baterem palma".

"Nós jogamos na defesa nos primeiros três anos, controlando despesas. Agora vem a eleição? Nós vamos para o ataque", disse na ocasião, ponderando que tudo seria feito com seriedade e dentro do teto, regra que limita as despesas do governo à variação da inflação.

Nesta terça-feira, o ministro afirmou que os planos do governo para a área social envolvem três etapas: a provável prorrogação do auxílio emergencial por dois ou três meses, a ampliação do programa Bolsa Família e a criação de um fundo que seria usado para

repassar recursos de privatizações de estatais para um programa de transferência de riqueza.

Guedes confirmou que o governo pretende renovar o auxílio emergencial. Ele disse que a decisão não é política, mas técnica e de saúde pública. E explicou que a prorrogação acompanhará o programa de vacinação contra a Covid-19 nos estados, citando uma expectativa de que a cobertura das vacinas atinja 70% da população adulta até setembro.

O plano atual da equipe econômica é estender o benefício por mais dois meses, com previsão de encerramento em setembro deste ano. O ministro disse, no entanto, que há a possibilidade de uma terceira parcela extra em outubro.

"Possivelmente, nós vamos estender agora o auxílio mais dois ou três meses, porque a pandemia está aí. Os governadores estão dizendo que em dois ou três meses a população adulta vai estar toda vacinada, então nós vamos renovar por dois ou três meses o auxílio. E logo depois entra o Bolsa Família, já reforçado", afirmou em videoconferência com a Frente Parlamentar do Setor de Serviços.

No formato elaborado pela pasta, dois meses adicionais do auxílio teriam custo total de R\$ 18 bilhões. Desse valor, R\$ n bilhões seriam liberados por meio de créditos extraordinários, recursos destinados a situações imprevistas e urgentes. Essa verba não é contabilizada no teto de gastos.

Outros R\$ 7 bilhões serão provenientes de sobras da atual rodada da assistência. O programa em vigor hoje tem quatro meses de duração, de abril a julho, e recebeu R\$ 44 bilhões.

A ideia é manter o público beneficiado e os valores das parcelas. O valor padrão do pagamento é de R\$ 250. Para mulheres chefes de família, o benefício é de R\$ 375. Pessoas que vivem sozinhas recebem R\$ 150.

Com a ampliação do atendimento do auxílio neste ano, o governo economizará recursos com os benefícios do Bolsa Família que deixarão de ser pagos. Isso porque parte dos beneficiários do Bolsa Família migrou temporariamente para o auxílio. Desse modo, o Executivo teria mais verba para implementar o novo

pro -grama social.

Segundo Guedes, o plano do governo prevê que o encerramento do auxílio seja interligado à ampliação do Bolsa Família. Diferentemente da iniciativa emergencial, os recursos para o programa social permanente ficarão integralmente dentro do teto de gastos, afirmou.

Até o momento, o governo não apresentou a proposta de ampliação do Bolsa Família. Jair Bolsonaro defende que o valor médio dos benefícios passe dos atuais R\$ 190 por família para ao menos R\$ 250.

Em sua apresentação, Guedes afirmou que o governo ainda avalia criar o que chamou de Fundo Brasil, que seria alimentado com parte dos recursos de privatização e de dividendos das estatais.

Essas verbas seriam transferidas a pessoas de baixa renda como forma de incrementar programas sociais. A ideia já havia sido apresentada em outras ocasiões.

Segundo o ministro, esse programa não seria fixo e recorrente. Os repasses aos mais pobres só seriam feitos se o governo conseguisse vender estatais ou recebesse dividendos.

Para ele, essa seria uma forma de incentivar a classe política a trabalhar pela venda de ativos da União.

Especialistas criticam a medida, com o argumento que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o uso de recursos de privatizações para custear despesas correntes.

Na videoconferência, Guedes também afirmou que novo programa de emprego do governo pagará R\$ 550 a jovens que entrarem em programa de qualificação nas empresas. Anteriormente, o ministro havia falado que esse repasse poderia ser de R\$ 600.

O novo programa deve instituir o BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), pago pelo governo, no valor de R\$ 275 ao mês, e o BIQ (Bônus de Incentivo à Qualificação), pago pela empresa, também de R\$ 275.

Segundo o ministro, o programa será voltado a jovens de 18 a 28 anos que queiram fazer treinamento no trabalho. Segundo ele, o participante poderá ficar no programa até um ano ou um ano e meio.

"Achamos que vai haver um aumento muito rápido do nível de emprego. Vamos pegar onde a incidência do desemprego é maior", disse.

O ministro afirmou que o governo já está sendo procurado por empresas de grande porte que estariam

"encomendando" jovens.

TRAVA COMERCIAL DOMERCOSUL É ARMADILHA, AFIRMA MINISTRO

Apesar de posições divergentes no governo, Paulo Guedes (Economia) voltou a defender nesta terça (8) a flexibilização de regras do Mercosul. Para ele, as travas de negociação do bloco, com manutenção de uma economia fechada no Brasil nas últimas décadas, foi uma armadilha para o país. Em videoconferência organizada pelo Bradesco BBI, o ministro afirmou que o governo está reduzindo unilateralmente tarifas de importação e vem mantendo conversas com países do Mercosul para promover mudanças no bloco. "Queremos ter mais flexibilidade e modernização no Mercosul, porque permanecer fechado foi muito prejudicial para o Brasil nos últimos 30 anos.

O país tem menor volume de comércio com nossos parceiros do Mercosul hoje do que tinha 20 anos atrás, como percentual do **PIB**. Então, foi uma armadilha. Impediu que o Brasil fizesse uma integração industrial produtiva, mais eficiente, em cadeias globais."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49553>

Décadas perdidas, ou nem tanto (3)

Pela primeira vez em dez anos a barreira de 4% foi atingida - e até superada - nas projeções de crescimento econômico registradas na pesquisa Focus, sondagem realizada semanalmente pelo Banco Central (BC). O Produto Interno Bruto (**PIB**) deve crescer 4,36% em 2021, segundo a mediana das projeções. Com data de 4 de junho, o relatório divulgado na segunda-feira passada é o mais otimista desde a reação iniciada em maio do ano passado, depois da grande queda no início da pandemia. Se a expectativa for confirmada, o Brasil voltará ao patamar de 2019, anterior à queda de 4,1% sofrida no ano passado. Até a semana anterior, as estimativas sintetizadas na pesquisa indicavam retorno só em 2022.

As previsões nunca foram tão altas desde o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Em 3 de junho de 2011 a pesquisa Focus mostrou, pela segunda semana seguida, a expectativa de expansão econômica de 4% naquele ano. A projeção caiu para 3,96% na semana seguinte e só voltou a esse patamar dez anos depois. Números iguais ou superiores a 4% apareceram, ainda por algum tempo, nas estimativas para os anos seguintes, ficando fora, no entanto, das previsões para o ano corrente.

Em 2011 o **PIB** cresceu 3,97%, ou, com arredondamento, 4%. Em todo o período até 2020 as taxas anuais foram sempre bem inferiores, chegando a ser negativas em 2015, 2016 e 2020. A expansão econômica de 7,53% em 2010 foi o último desempenho vistoso.

Depois disso veio um período já rotulado como década perdida.

Uma década menos sombria pode estar começando, segundo avaliação captada entre analistas do setor financeiro e de algumas consultorias. As bases mais concretas desse otimismo são o crescimento econômico de 1,2% no primeiro trimestre, a ajuda proporcionada pela retomada internacional e a evolução das contas públicas.

Mas a reativação econômica, no Brasil, permanece muito dependente do agronegócio. A maior parte da indústria de transformação continua com baixo dinamismo e com escasso poder de competição externa.

Além disso, dezenas de milhões de brasileiros ainda

dependem de ajuda para sobreviver.

O desemprego no primeiro trimestre chegou a 14,7% da população ativa e boa parte dos ocupados trabalha em condições precárias. Além disso, a **inflação** está acelerada e, segundo projeção do boletim Focus, deve chegar a 5,44% neste ano, superando o limite de tolerância (5,25%). Para o próximo ano está prevista uma alta de preços de 3,70%, superior ao centro da meta (3,50%).

Falta os otimistas explicarem como será - e como afetará a vida dos brasileiros - esse crescimento econômico de 4,36%, se muitos milhões de trabalhadores continuarem fora do jogo. Além disso, esses milhões ainda terão de enfrentar preços em alta acelerada.

Mas a **inflação** poderá facilitar a recuperação nominal das contas públicas, inflando a receita tributária. Isso criará a ilusão de um forte ajuste fiscal, mas o problema poderá reaparecer adiante. Nesta altura, até o dólar valorizado ajuda o Tesouro, alimentando a **inflação** e aumentando a base de arrecadação, em reais, do Imposto de Importação. Esse efeito já tem sido assinalado pelo Tesouro.

No próximo ano, segundo o Focus, o crescimento do **PIB** deverá ficar em 2,25%. Faltará fôlego, ao Brasil, para manter o ritmo estimado para este ano.

Mas a década perdida, dirão alguns, terá ficado para trás. Terá mesmo?

Década perdida foi um rótulo aplicado também ao decênio 1981-1990. Foi um período de graves problemas econômicos, mas também de consolidação do agronegócio moderno e de expansão das exportações.

Houve a busca difícil e acidentada de um caminho para a estabilização econômica. O poder civil foi restabelecido, uma Constituição foi aprovada. Depois a economia se ajustou e cresceu, num ambiente de direitos e de equilíbrio entre Poderes - uma ordem ameaçada, desde 2019, por movimentos golpistas e manifestações autoritárias de um presidente conhecido por elogios a ditaduras e por suas homenagens a um torturador. Na economia, como na política, a retomada dos anos 1990 foi diferente.

Até a **inflação** em alta ajuda quem quer apostar num ano de retomada

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Rumos da economia e alternativas (2)

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA, PROFESSOR-DOUTOR, DIRETOR DA FEAPUC- SP, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON), PUBLICOU, ENTRE OUTROS, "O MITO DA AUSTERIDADE" (EDITORA CONTRACORRENTE).

Os prognósticos para o crescimento da economia brasileira têm se alterado positivamente, a partir dos resultados da atividade no primeiro trimestre com crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 1,2%. Vários fatores corroboram a expectativa da retomada no ano. Por outro lado, há restrições para a dimensão, robustez e sustentabilidade do processo, como apontaremos a seguir.

O fator-chave determinante da recuperação econômica é a pandemia de covid-19. Não apenas as novas variantes do vírus, o que, por si só, já representa uma questão fundamental, há também o efeito do atraso e descaminhos do planejamento, execução e realização do programa de vacinação da população, inexistência de medidas preventivas como testagem em grande escala, correta comunicação e orientação quanto aos protocolos sanitários. A insuficiência dos programas compensatórios, como o auxílio emergencial, é outra variável relevante.

Mas, para além disso, há aspectos estritamente econômicos, que limitam o processo de retomada. O enfraquecimento do mercado de trabalho é evidenciado pelo número de pessoas subutilizadas, que atingiu o recorde de 33,2 milhões de pessoas. O dado contempla a soma dos desocupados, 14,8 milhões, desalentados, 6 milhões, e subocupados, 12,4 milhões, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao trimestre acumulado até fevereiro último.

Destaque-se que mesmo aqueles que permanecem ocupados têm tido o seu poder de compra corroído pela elevação da carestia, com maior impacto nos estratos de menor rendimento. A **inflação** tem sido maior em itens básicos de grande peso na cesta de consumo, como alimentação, combustíveis, gás de cozinha, energia e outras tarifas.

Adicionalmente, o crédito, importante item para o financiamento dos consumidores e das empresas, especialmente as de menor porte, continua caro e restritivo, apesar do nível historicamente baixo, para padrões brasileiros, da taxa básica de juros (Selic).

Todos os fatores apontados representam limitações para a expansão do consumo, que é decisivo para a retomada econômica e para estimular os investimentos, que respondem às expectativas de crescimento futuro da demanda e de rentabilidade.

O elevado nível de ociosidade, presente em vários setores, como segmentos da indústria e serviços, da mesma forma é relevante.

A crise hídrica e seus impactos para a geração energética é outra variável fundamental para monitorar o comportamento futuro da economia.

Estatisticamente, no entanto, como houve expressiva retração de 4,1% no **PIB** do ano passado, a retomada gradual das atividades em curso gera um efeito "arrasto", que praticamente garantirá um resultado positivo para 2021.

Outro fator favorável é a melhora do desempenho de crescimento de grandes países, que tem impulsionado a demanda e, conseqüentemente, os preços das commodities, em prol do Brasil, importante exportador de minério de ferro, soja e outros grãos, carnes e petróleo bruto.

O desafio brasileiro é tornar o crescimento mais robusto e sustentável.

Isso pressupõe ampliar a geração de valor agregado, a partir das vantagens competitivas locais, e elevar a criação de oportunidades de trabalho e renda para a população.

Isso requer uma mudança do cerne da política econômica, corrigindo importantes distorções, como tributação e competitividade, mas também maior ênfase nas medidas e estratégias para o desenvolvimento e inserção na economia mundial.

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA, PROFESSOR-DOUTOR, DIRETOR DA FEAPUC- SP, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON), PUBLICOU, ENTRE OUTROS, "O MITO DA AUSTERIDADE" (EDITORA CONTRACORRENTE).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Poupança das famílias cai no 1º tri, puxada por mais ricos

Arícia Martins

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911?page=1§ion=1

Previ registra superávit de R\$ 21,65 bi até abril

Juliana Schincariol Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186911